



Do bem comum da Pólis em direção à Cidade de Deus: o conceito de política em Agostinho de Hipona em comparação com Aristóteles

Jefferson Evaristo¹

Resumo: Na história do pensamento humano, poucos conceitos foram tão debatidos, interpretados, significados e ressignificados quanto o de política. Argumento teórico complexo e produtivo, é objeto de interesse da Filosofia, da Teologia, da Psicologia, dos Estudos Linguísticos, da Sociologia, do Direito e de outras áreas do pensamento. Ao mesmo tempo, é de interesse comum a todos os homens, ainda que eles entendam a política não dentro de uma escola conceitual ligada à determinada área, mas como um senso comum que associa a política do dia a dia e os acontecimentos relacionados aos políticos com cargos ao conceito de política *per se*. Em nosso texto, buscamos associar dois momentos fundantes da evolução do conceito de política e associá-los de forma a criar um panorama que indique, no período agostiniano, o quando de influência aristotélica ainda poderia ser encontrado. Para tanto, buscamos compreender as primeiras compreensões do termo encontradas em Aristóteles, em seu *Política* e associá-lo com as impressões de Santo Agostinho em seu *Confissões*.

Palavras-chave: Política; Aristóteles; Santo Agostinho

Abstract: In the history of human thought, few concepts have been as debated, interpreted, signified and reframed as that of politics. Complex and productive theoretical argument, it is an object of interest to Philosophy, Theology, Psychology, Linguistic Studies, Sociology, Law and other areas of thought. At the same time, it is of common interest to all men, even though they understand politics not within a conceptual school linked to a particular area, but as a common sense that associates day-to-day politics and events related to politicians with positions to the concept of politics *per se*. In our text, we seek to associate two fundamental moments in the evolution of the concept of politics and to associate them in such a way as to create a panorama that indicates, in the Augustinian period, the time when Aristotelian influence could still be found. Therefore, we seek to understand the first understandings of the term found in Aristotle, in his *Politics* and to associate it with the impressions of Saint Augustine in his *Confessions*.

Keywords: Politics; Aristotle; Saint Augustine

¹ Doutorando em Letras Neolatinas pela UFRJ e em Língua Portuguesa pela UERJ. Mestre em Letras Neolatinas. Especialista em Tradução em Língua Italiana pela UERJ. Bacharel e licenciado em Letras Português – Italiano. Professor no Instituto Federal Fluminense.

<http://lattes.cnpq.br/7711892450310178>

<https://orcid.org/0000-0002-7561-5400>

E-mail: jeffersonpn@yahoo.com.br





Introdução

Para qualquer discussão acerca de um conceito, é necessário entender a sua origem epistemológica, o seu desenvolvimento histórico e as suas (possíveis) modificações e nuances de sentido. Tal percurso é fundamental para o entendimento amplo e o mais completo possível dessa discussão. Para o termo *política*, de maneira ainda mais singular, tal percurso será imprescindível. Poucos são os conceitos, ainda hoje, que atravessaram quase três milênios sendo constantemente rediscutidos e revisitados.

Etimologicamente, Cunha (2010, p. 509) atribui à palavra *política* uma origem grega, mostrando sua posterior passagem para o contexto latino. É, portanto, um termo grego, motivo pelo qual buscou-se um retorno a sua origem que pudesse colaborar na compreensão atual do conceito.

Da Grécia antiga, local de surgimento do conceito, aos dias atuais, diferentes foram as formas de compreensão acerca do que seria política. Convém, portanto, recorrer inicialmente à *política* como conceito original, como constructo teórico.

Assim, surgida no seio da sociedade grega, especialmente pelas discussões de Sócrates, Platão e Aristóteles – tomados cronologicamente e com destaque para o último deles –, por volta do século V a.C., o termo *política* é assumido a partir da palavra grega *Πόλις*², transliterada comumente por *pólis*, que designava a própria cidade, a junção dos homens e mulheres em um determinado espaço, sob determinado ordenamento, comando e ações, constituindo um conjunto relativamente coeso. A *pólis* grega era o local em que a vida da época acontecia, em que as pessoas cresciam, trabalhavam, aprendiam, tinham suas relações afetivas e desenvolviam toda a sua vida. Era, portanto, o local primordial de organização social da época. O próprio Aristóteles já afirmava: “sabemos que toda cidade é uma espécie de associação, e que toda associação se forma tendo por alvo algum bem” (Política, 1252a, §1). Como exposto, um primeiro sentido para o conceito de *política*, portanto, seria uma maneira de pensar a organização dos homens em sociedade em busca de um bem coletivo.

Como no sentido atual de uma cidade, da *pólis* derivavam as ações que aconteciam na sociedade e que eram tidas como “inerentes” ao seu cotidiano. Ou seja, a própria existência da *pólis* demandava certas questões, ações, princípios e organização, a que os gregos denominaram de duas formas: (i) *πολιτικός*³, *politikós*, isto é, aquilo que era

² <https://bit.ly/2IDumY9> - Acesso em 23/02/2018 às 12h42.

³ <https://bit.ly/2x6Q6GO> - Acesso em 23/02/2018 às 12h47.





relacionado aos grupos que integravam a *pólis*; (ii) *πολιτική*, *politikē*, que dizia respeito à política em geral. *Política*, assim, nasce como um conceito íntimo da vida dos homens na cidade, podendo ser definida como o governo em si ou como a gestão da cidade. De fato, há outros povos que, a seu modo, fizeram reflexões sobre algo próximo àquilo que os gregos chamaram de política. A primazia que se atribui aos gregos dá-se pelo fato de terem sido eles os primeiros a estipular um princípio puramente racional para o conceito, dissociando-o, por exemplo, dos mitos. Os homens e a prevalência do raciocínio intelectual, com os gregos, passam a estar na vanguarda do pensamento.

Entretanto, o conceito ainda é complexo. “Explicar em que consiste a política é outro problema, pois, se acompanharmos o movimento da história, veremos que essa definição varia e toma nuances as mais diferentes” (*ibidem*), ainda que lidem sempre com o caráter “público” da vida humana e dos rumos que as sociedades assumem. Ainda que “múltiplos sejam os caminhos” (*ibidem*) dessa definição, cumpre observar os momentos mais decisivos desse “movimento na história”, considerando alguns dos principais autores que, a seu modo, dedicaram-se a uma discussão sobre *política*.

Veja-se a definição de política apresentada pelo dicionário Aulete (2011, p. 1082)

1. Arte ou ciência da organização e administração de um Estado, uma sociedade, uma instituição etc.
2. O conjunto de fatos, processos, conceitos, instituições etc. que regem a sociedade, o Estado e suas instituições, e o relacionamento entre eles.
3. O gerenciamento de uma dessas instituições ou o conjunto delas.
4. O conjunto de conceitos e a prática que orienta uma determinada forma, pré-escolhida, desse gerenciamento.
5. [Figurado] Habilidade de negociar e harmonizar interesses diferentes.
6. Habilidade de conduzir ou influenciar o governo pela organização partidária, opinião pública, conquista do eleitorado, etc.
7. Atuação na disputa de cargos de governo ou nas relações partidárias
8. Conjunto de princípios e opiniões de uma pessoa que constituem uma opinião ideológica.





9. [Figurado] Esperteza, astúcia para conseguir alguma coisa

Definições amplas, eventualmente conflitantes entre si (como entre o sentido 8, individualizante, e os sentidos 1 e 2, generalizantes), que se afastam da perspectiva grega para o termo. Tendo sido os gregos os “inventores” do termo, talvez seja no retorno às fontes gregas que o conceito poderá ser melhor compreendido.

Assim, a discussão sobre o conceito de política será dada a partir de três momentos fundamentais: (i) o surgimento do termo, na Grécia; (ii) a conceituação em Aristóteles; (iii) a conceituação com Santo Agostinho, um filósofo católico medieval.

O conceito de política em Aristóteles – ou “Da política do bem comum”

A política, portanto, era a definição para aquilo que estava relacionado aos habitantes de uma cidade, aos integrantes de uma sociedade. Significava, a princípio, os procedimentos para a vida desses grupos na cidade. Mais do que isso, para a vida ordenada ao bem comum dos homens na sociedade. A própria noção de cidade que, para Aristóteles (2009), assumia sentidos amplos, como os de sociedade, de organização, de Estado ou de coletividade como um todo, já indica como a *política* assume diferentes sentidos. Em uma nota do tradutor de Aristóteles, há uma explicação para a questão, aparentemente controversa:

A palavra cidade (pólis) deve tomar, nesta tradução, um significado bastante amplo. Ela significa a mesma coisa que República, Estado, Sociedade política ou civil, mas com essa circunstância especial que por ela se designa principalmente uma cidade ou capital que compreende, de algum modo, o Estado inteiro, qualquer que seja a extensão, grande ou pequena, do território que circunda a cidade, ou que está sob a sua dependência (CHAVES, 2009, p. 79)⁴

⁴ A discussão é importante porque, para Aristóteles, haveria certa diferença de “tamanho” entre uma família, uma cidade ou uma República. Em todas delas, a política continuaria a ser a forma como as relações se dariam, embora as suas proporções pudessem ser variáveis. Assim, para uma família, caberia ao pai exercer o direito da política, ao passo que para uma República, esse direito deveria ser exercido pelo monarca em questão.





Da mesma forma, em termos modernos, a *pólis* grega poderia ser entendida como sendo uma de nossas cidades, um de nossos estados ou países. Por óbvio, quando da escrita de sua *Política* (2009), Aristóteles ainda não tinha em seu mundo uma organização de cidade como as que hoje existem.

Continuará Aristóteles a afirmar que “é evidente que a cidade faz parte das coisas da natureza, que o homem é naturalmente um animal político, destinado a viver em sociedade” (*Política*, 1253a, §9). A clássica definição aristotélica do homem como um “animal político” foi a base para a compreensão do próprio “homem” ao longo dos séculos. Por sua intrínseca natureza, o homem deve viver em sociedade; à política, então, caberia ordenar tal vivência, obrigatória a todos, uma vez que “de nada participar [na vida política] é impossível, sem dúvida; porque a sociedade política é uma espécie de comunidade” (*Política*, 1260a, §2), da qual o homem faz parte e na qual se insere por obrigação de natureza.

Portanto, já desde o sentido original aristotélico, a política é inerente à natureza do próprio homem, à natureza da própria organização social dos homens. *Política*, portanto, seria a forma como os homens organizam-se para viver em conjunto, buscando um bem maior – que, segundo Aristóteles, era alcançado pela prática das virtudes dos homens e daqueles que governam os homens e comandam essas sociedades. “Em todas as ciências e em todas as artes o alvo é um bem; e o maior dos bens acha-se principalmente naquela dentre todas as ciências que é a mais elevada; ora, essa ciência é a política” (*Política*, 1282b, §1). Ela estaria ainda ligada à noção de moral, segundo a qual se deveria exercer a política. Sendo as duas, moral e política, interligadas em sua essência, a prática das virtudes e a tendência ao bem que a política traria só poderiam ser alcançadas através de um ordenamento moral e ético.

Decorre, portanto, que a política pode ser entendida, ao menos em seu sentido aristotélico, como sendo a forma como os homens vivem em sociedade, como eles buscam um bem comum através das virtudes e como eles se organizam na – e organizam a – cidade. “Política” possui, assim, sentido eminentemente público, relativo à coletividade, embora comporte, ainda, aplicações de caráter privado – como na forma de condução da sociedade que, de qualquer forma, impacta na vida dos cidadãos em geral. Para Aristóteles, o bem público estaria em posição superior ao bem individual, havendo um notório privilégio, acima de todas as causas, da causa final (ROSSI, 2015, p. 71) – em outras palavras, “a comunidade política tem uma finalidade principal: o bem viver juntos” (GALLO, 2014, p. 187).





A própria noção de cidadão, para Aristóteles, diz respeito ao homem dotado de direitos dentro da *pólis* (Política, 1276a, §10), ao homem que é entendido como sendo um verdadeiro integrante daquela cidade; ficam excluídos, portanto, os estrangeiros⁵, a quem seria preciso estender cuidados adicionais no momento de feitura das leis (Política, 1265a, §4), para o bem da própria *pólis*.

Após Aristóteles, muitos outros gregos continuaram a discutir o conceito, especialmente os chamados filósofos peripatéticos. Discípulos de Aristóteles, eles buscavam estudar, manter e continuar aquilo que seu mestre havia iniciado. Nicômaco, filho a quem o próprio Aristóteles havia dedicado a escrita de sua *Ética*, é um desses expoentes.

Ainda assim, a discussão sobre *πολιτικός*, *política*, em Aristóteles, era bastante regida pela forma como a política deveria ser, o que fazia com que o autor se esforçasse para indicar possíveis formas de governo, com suas características, pontos positivos e negativos, citando três governos específicos. Embora tenha apresentado a primeira definição usual para aquilo que seria a política, o autor a compreendia dentro de uma visão de “sistema de governo”, como sendo uma das formas de ordenar a vivência em sociedade dos homens.

Mesmo com as mudanças por que o conceito de *política* passou, essa visão de política como sendo sinônimo de forma de governo perduraria até o início da Idade Média. De fato, no contexto grego, a política estava profundamente ligada ao governo em si. Recorde-se que uma das definições mesmas de política era a de ela ser uma “arte de governar”.

Todavia, como conjugar uma discussão sobre política com as formas de governo se os governos são mutáveis? “Se na Antiguidade grega verificou-se uma intensa reflexão sobre os fins e as formas da atividade política, durante o Império Romano nota-se um período marcado pelo exercício de um poder centralizado” (GALLO, 2014, p. 187), ao que Aristóteles dedica, por exemplo, as suas reflexões. A centralização romana, entretanto, ruiu junto ao Império em si. A proposição aristotélica estaria parcialmente comprometida, em especial a partir do início da era cristã.

Do período grego à Idade Média, um fator fundamental havia modificado a sociedade como um todo, sua forma de pensar e de agir: o advento do catolicismo, alguns séculos após Aristóteles, foi um fator preponderante para a construção de mundo que se seguiu. Pensar os homens e a sociedade, as formas de governo e organização eram agora

⁵ Assim como mulheres e escravos.





ações imbricadas e imersas em uma visão teologal. Se estava o homem submetido a Deus, também as suas formas de conviver deveriam assim estar. É o contexto em que ganha destaque, no final do século IV d.C., a proposta de Agostinho de Hipona, doutor⁶ e santo da Igreja Católica.

O conceito de política em Agostinho de Hipona – ou “Do ordenamento do homem a Deus”

A Idade Média de Agostinho de Hipona estava marcada, de maneira indelével, pelo catolicismo. Governo terreno e vida religiosa, Estado e Igreja eram, na prática, um *continuum*, numa ação que perduraria ainda por alguns séculos a frente. Era a noção difundida de que a Igreja representava o ideal de sociedade a ser alcançado pelos homens (GRACIOSO, 2012).

Em sua obra *De Civitate Dei*, o autor trata da “cidade terrestre” e da “Cidade de Deus”, demonstrando como a história dos homens era a história de transformação da primeira cidade na segunda. Seus escritos, assim, “embora tratem de uma e de outra cidade, levam, porém, por título, o nome da melhor: Cidade de Deus” (AGOSTINHO, 1999, p. 94). Continuará o autor afirmando que “*Gloriosissimam Civitatem Dei* são as palavras com que esta obra principia” (*ibidem*), indicando o caráter especial da Cidade de Deus e a sua superioridade em relação a sua correspondente terrena.

Logo no início de seu primeiro livro⁷ (*ibid*, p. 103), Agostinho indica como a cidade dos homens é corruptível, afeita a excessos, ambiciosa e escrava de seus desejos. Não poderia essa cidade, portanto, ser a cidade que regeria os homens. “É desta Cidade da Terra que surgem os inimigos dos quais tem que ser defendida a cidade de Deus”, dirá (*ibid*, p. 104), explicitando não apenas a supremacia da Cidade de Deus, mas as falhas da cidade da terra. Por extensão, não poderia a política, feita pelos homens, ser um bem em si mesmo.

Assim sendo, estariam postas duas realidades: uma terrena, vinculada aos problemas e necessidades da vida cotidiana, sendo esse tempo perecível e transitório; a

⁶ Na doutrina católica, um “doutor da Igreja” é um homem ou mulher que, pela qualidade de seus escritos e ensinamentos, alcança um título honorífico que o/a distingue e eleva a um patamar de destaque, devendo ter sua doutrina seguida por todos os fiéis católicos.

⁷ A obra de Agostinho, como a de Aristóteles, é dividida em “livros”, numa divisão similar àquela que habitualmente se assume como “capítulos”.





outra, celeste/espiritual, que não estaria fadada à transitoriedade, mas seria exatamente o contrário: uma pátria atemporal, eterna e perfeita.

Dessa forma, toda a organização social, política e econômica humana, a sua moral e sua ética, deveriam estar ordenadas e terem como fim último a Deus, não aos homens. A busca das virtudes e do bem comum, portanto, eram apenas uma das formas de fazer propender a Deus. A verdadeira política proviria, assim, da vontade de Deus (*ibid* p. 267).

Outros filósofos religiosos poderiam ser discutidos aqui, como Tomás de Aquino⁸, Duns Scotus, Pedro Abelardo ou Bernardo de Claraval. De maneira particular, cada um deles expôs uma posição acerca de como a política deveria ser pensada, sempre na interseção com a religião, sempre com a visão de ser a política uma parte do todo que era a religião.

Tanto os filósofos religiosos como os gregos antigos tinham em comum uma mesma discussão sobre a política como ela deveria ser, hipoteticamente. Suas proposições não tinham por objetivo uma discussão prática de como a política se dava, como realmente acontecia, mas de como ela deveria ser tomada em sentido estritamente hipotético. Será apenas com Maquiavel, já no século XV, que a política será entendida pela primeira vez da forma como ela poderia ser vista empiricamente. A teoria, enfim, é suplantada pela prática.

Considerações finais

Em nosso texto, demonstramos como o ordenamento do conceito de política variou de maneira drástica em poucos séculos, especialmente após o advento do catolicismo, tendo em Agostinho de Hipona um de seus mais célebres expoentes.

Da noção inicial de política como bem comum, tão cara ao mundo grego e que tantos homens formou, o conceito de política passa a assumir uma significação adaptada aos moldes do catolicismo, estando o bem comum ordenado não simplesmente a uma ideia de bem-estar na terra, de boa vivência no plano terrestre; esse bem comum teria de incidir, imediatamente, na possibilidade de estar a Cidade dos Homens na condição de propiciar meios para que os indivíduos pudesse aceder à Cidade de Deus. Para Agostinho, a política só se justificava enquanto meio de permitir aos homens desligarem-se de suas vidas terrenas para poderem agir de modo a ganharem o céu. Uma mudança significativa

⁸ Que, assim como Agostinho, foi um santo e doutor da Igreja.





de perspectiva que transformava não apenas o objetivo da política, mas também sua prática.

Referências

| 9

AGOSTINHO, Santo. A cidade de Deus. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. Disponível em <https://bit.ly/2xgpgMz> - acesso em 23/02/2018 às 16h42

ARISTÓTELES. A política. Bauru/SP: Edipro, 2009

AULETE, Caldas. Novíssimo Aulete – Dicionário Contemporâneo da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011

CHAVES, Nelson Silveira. Tradução. In: ARISTÓTELES. A política. Bauru/SP: Edipro, 2009

CUNHA, Antônio Geraldo da. Dicionário etimológico da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010

GALLO, Silvio. Filosofia: experiência do pensamento. São Paulo: Scipione, 2014.

GRACIOSO, Joel. Santo Agostinho: doctor gratiae? In: Pedro Gilberto da Silva Leite Jr.; Lucas Duarte da Silva. (Org.). Santo Agostinho: Reflexões e Estudos. 1ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2014, v., p. 115-136

_____. A dimensão teleológica e ordenada do agir humano em Santo Agostinho. Trans/Form/Ação (UNESP. Marília. Impresso), v. 35, p. 11-30, 2012

ROSSI, Miguel Ángel. Palavra e Política em Aristóteles: uma discussão com Platão e os sofistas. Prometeus: Revista do Mestrado em Filosofia da UFS, v. 8, ano 8, nº 17. 2015

